

GLOBALIZAÇÃO E A PRODUÇÃO DE COMMODITIES NA AMAZÔNIA MARANHENSE: Agroestratégias sobre territórios camponeses em Imperatriz – MA¹

Filipe da Cunha Gomes (PPGS/ UFPE)
Josefa Salete Barbosa Cavalcanti (PPGS/ UFPE)

Resumo

Este artigo analisa, a partir de pesquisas de campo realizadas em diferentes unidades sociais localizadas na *estrada do arroz*, no município de Imperatriz - MA, o modo como a dinâmica de acumulação guiada pelo mercado globalizado tem produzido diferentes transformações na vida social e simbólica das famílias camponesas. Apoiando-se na problematização das estratégias elaboradas pela empresa Suzano Papel e Celulose, que, no ano de 2014, implantou uma fábrica para fins de produção das commodities papel e celulose. Essa empresa articula-se a extensos plantios de eucalipto, que dependem do contínuo movimento de compra de grandes e pequenas propriedades rurais no entorno de unidades sociais nas quais camponeses e comunidades tradicionais praticam a implantação de roçados, o extrativismo do coco babaçu e pequenas criações de gado bovino. Essa situação social concreta tem construído novas formas de relações sociais, à medida que a exploração econômica de territórios é potencializada pela intensa mobilidade do capital globalizado e tem provocado acentuadas transformações, como a devastação da floresta nativa, privatização e cercamento dos babaçuais, disciplinamento do extrativismo, tradicionalmente realizado, e o acirramento de conflitos internos. Estas transformações são identificadas à medida que a gestão do território e dos recursos naturais perpassam por setores empresariais, que protagonizam relações de poder por meio de políticas ditas de responsabilidade social e ambiental. Dessa maneira, as reflexões apresentadas neste trabalho, articulam-se às análises sobre como o processo de globalização, traduzido nas práticas do modelo neoextrativista de monocultivo de eucalipto, tem afetado o cotidiano desses territórios.

Palavras chave: Camponeses, Globalização, Agroestratégias e Monocultivo.

1. Introdução

Este artigo é resultado do estudo sobre as situações relativas a territórios camponeses em Imperatriz – MA, que está localizado no oeste do estado do Maranhão em área de abrangência da Amazônia legal. São territórios que expressam situações sociais que neste trabalho serão analisadas a partir das ações da empresa Suzano Papel e Celulose, que desde 2014 têm provocado diferentes transformações no cotidiano dessas famílias camponesas, apropriando-se dos seus recursos naturais para fins de produção de papel e celulose. É um empreendimento cujo modelo econômico insere-se em cadeias de produção globais para fins de produção e exportação de *commodities*.

Concentrar atenção nas conexões do espaço rural de Imperatriz – MA com a sociedade global, como assim sugere Jolivet (1998), avalia a construção de reflexões

¹ Trabalho apresentado à 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

que contemporaneamente desvelam os efeitos que a globalização de mercados têm gerado sobre as dinâmicas locais, especificamente às comunidades localizadas no entorno da chamada Estrada do Arroz, via estadual que interliga diferentes povoados como São José da Matança, Bacaba, Esperantina, Olho D'água dos Martins, São Félix, Coquelândia, Petrolina e Acampamento Viva Deus, além do P.A Itacira.

Esta reflexão articula-se sumariamente aos temas elencados na agenda da Nova sociologia rural, como assim identificam Bendini, Cavalcanti e Lara Flores (2006), a exemplo das discussões sobre os conflitos ocasionados nos espaços rurais em face das lutas pela preservação do meio ambiente, que é diretamente afetado pelas diferentes formas de exploração dos recursos naturais guiadas pelos novos hábitos de consumo. São discussões que evidenciam as estratégias de produção e reprodução das unidades de produção familiar mediante as desigualdades geradas pela globalização no campo, bem como o papel do Estado na mediação destas novas relações, que no caso empírico em questão vem sendo produzida desde a década de 90. O papel do Estado restringe-se à mediação dos interesses privados e a defesa destes nas pautas públicas, contribuindo para o empreendimento capitalista que se apropria de uma natureza barata ²(MOORE, 2016) para acumulação de capital.

A década de 90 demonstrou que a agenda econômica governamental, inspirada por diretrizes neoliberais, concedeu abertura à implantação de empreendimentos de beneficiamento de minério de ferro, de monocultura de eucalipto que foram atraídos para os municípios sobre os quais percorrida a Estrada de Ferro Carajás (EFC)³, bem como marcou a diminuição de investimentos na agricultura em detrimento da prevalência de altos investimentos no setor do agronegócio (MESQUITA, 2011). Dentre os empreendimentos atraídos para Imperatriz, destaca-se aqueles que introduziram em diferentes contextos, o monocultivo de eucalipto para fins de produção das chamadas *commodities* (papel e celulose), que aproveitaria o potencial logístico

² O autor reflete a dinâmica capitalista empreendida no Capitaloceno. sob forma de significar as diferentes transformações propiciadas pela centralidade das trocas capitalistas que se apropriam da natureza mediadas pelas relações sociais, Jason Moore (2016) caracteriza a corrida pela produção do lucro em curto tempo, a precificação da natureza, o barateamento dos recursos naturais a partir do conceito de Natureza Barata.

³ Os empreendimentos que inseriram a dinâmica da monocultura do eucalipto no Maranhão, especificamente em Imperatriz, passam a ser implantados após o governo brasileiro idealizar o Programa Polos Florestais em 1990. Este programa teve como objetivo principal fomentar a produção de matéria prima (madeira do eucalipto) para abastecer as indústrias que seriam instaladas nas chamadas áreas de abrangência da Estrada de Ferro Carajás. O referido programa visava concretizar em aproximadamente dez anos, um milhão de hectares de eucalipto plantado entre as cidades de Açailândia e Santa Inês, que seriam destinados exclusivamente para a produção da celulose (CARNEIRO, 2013).

representado tanto pela EFC como pela Ferrovia Norte Sul, que desemboca no Porto de Ponta da Madeira, em São Luís (MA).

Dessa forma, Imperatriz tem em sua dinâmica territorial as transformações ocasionadas pela implantação de empreendimentos de monocultura de eucalipto viabilizados por interesses de uma agenda econômica neoliberal, que passou a se apropriar dos recursos naturais intimamente ligados às formas de viver e ser de camponeses e povos tradicionais a exemplo de *quebradeiras de coco babaçu* e agricultores familiares, a partir de um “discurso protecionista” que os submetem aos interesses de políticas ditas de crescimento econômico (ALMEIDA, 2012). Além do mais, forjando um modelo econômico neoextrativista que apresenta “uma forma extensiva, expressa notadamente na expansão territorial das frentes da mineração, do agronegócio, monoculturas de árvores, exploração de petróleo e gás”. (ASCELRAD, 2018, P. 7).

Nesse sentido, compreendemos que a dinâmica de implantação destes projetos em Imperatriz, especificamente a indústria da empresa Suzano Papel e Celulose tem realçado novas nuances aos conflitos que antes eram em sua maioria motivados por práticas de “grilagem”⁴ e pela ação de latifundiários em função da pecuária bovina. Consistem em “novos” conflitos ocasionados por uma agenda governamental coadunada com setores privados que submete territórios locais aos interesses de mercado em uma relação onde as fronteiras entre o local e o global são suprimidas pela velocidade com que o capital internacional atua.

A relação local-global, nesse sentido, é compreendida como fazendo parte de um mesmo processo, onde a circulação global de mercadorias realça novas dinâmicas no local tendo em vista as constantes redefinições no tempo e no espaço, o que tem permitido, segundo Cavalcanti (1999, p. 120) a estreita relação de “regiões singulares e mercados globais”. Tal reflexão amplia os contrastes com que a empresa Suzano Papel e Celulose tem afetado o modo de vida de camponeses e povos tradicionais, que passam a vivenciar diferentes conflitos orientados por processos de acumulação que se materializam nos territórios locais sob diferentes nuances e “agroestratégias”, como assim identificado em estudo realizado sobre as estratégias empresariais que se direcionam ao plano organizativo de camponeses e povos tradicionais, que tiveram seus territórios

⁴ Asselin (2009) em seu livro “Grilagem: corrupção e violência em terras do Carajás”, compreende a categoria *grilagem*, enquanto uma ação de apropriação de terras instrumentalizada de forma “indébita e inescrupulosa”.

afetados pela cadeia produtiva da indústria de papel e celulose e dos extensos plantios de eucalipto pertencentes a empresa Suzano em Imperatriz – MA.

No contexto dessas novas dinâmicas, incorpora-se como elemento reflexivo o rompimento de fronteiras em escala global que produz significativas transformações orientadas por investimentos que enfatizam espaços locais como propícios ao desenvolvimento de atividades, facilitadas pela flexibilização dos processos que auxiliam a expansão do capital. Com essa análise, Bonanno (1999) traz como elemento reflexivo, o conceito de hiper mobilidade do capital operacionalizado afim de entender o cálculo efetuado pela dita expansão capitalista, que ressignifica espaços locais.

Esta dinâmica vem refletindo em ameaças às específicas formas de uso e apropriação dos recursos naturais mantidas por *quebradeiras de coco babaçu*⁵, *pescadores*, *pequenos agricultores* e famílias que se encontram em distintas situações em relação a territórios que passam a ser disputados com a lógica de monocultura de eucalipto. A problematização dos efeitos e as situações decorrentes da implantação da empresa Suzano Papel e Celulose, instiga um conjunto de reflexões que toma como objeto de análise, as estratégias que são construídas mediante a tentativa empresarial de “compensar” os efeitos ocasionados pela construção e funcionamento de uma fábrica de produção de papel e celulose. Este artigo, portanto, baseia-se na reflexão sobre as estratégias construídas pela empresa Suzano Papel e Celulose para implantar sua fábrica no município de Imperatriz (MA), reconhecendo o desafio de analisar as condições e as relações sociais por via das quais essa fábrica vem encontrando suporte para a construção e imposição de diferentes estratégias, que se revestem em concepções como “social” e “ambiental”.

As análises seguintes, portanto, incorporam reflexões oriundas da relação com os agentes sociais localizados ao longo da *estrada do arroz*, o que proporcionou acesso a pontos de vistas que partiram de agentes sociais inseridos nas diferentes formas associativas e organizativas, inclusive com aquelas que mantêm constante diálogo com os setores da empresa Suzano, especificamente setores denominados como social. Tais elementos foram possíveis a partir da realização de trabalho de campo, com base na realização de entrevistas semiestruturadas.

⁵ Para fins de organização da escrita, utilizamos a formatação em itálico para as categorias utilizadas pelos próprios agentes sociais. Em aspas, para destacar concepções teóricas ou expressões que sejam externas aos grupos.

2. Elementos para pensar a Amazônia maranhense a partir da produção de commodities em Imperatriz – MA

O município de Imperatriz, vem sendo espaço de intensas intervenções propiciadas por uma política econômica desenvolvimentista que carregou como proposta a dinamização do processo de industrialização em áreas da região amazônica, sobretudo a partir dos finais da década de 60. É a partir desse contexto que a região amazônica vivencia intervenções forjadas por uma política econômica baseada no discurso dos “vazios demográficos”, além de um discurso integracionista que impulsionou a construção de rodovias com o objetivo de ligar aquela região ao restante do país.

As regiões sobre as quais se instalaram os diversos empreendimentos produziram, segundo Zhouri e Laschefski (2010), as chamadas *fronteiras de inclusão nacional*, onde o discurso integracionista da formulação de planejamentos econômicos que elencavam os grandes projetos de infraestrutura como o principal viés para que o país alcançasse projeção no mercado internacional, como também rompesse com o “suposto atraso” da região amazônica a cargo de expressões de políticas fundamentadas pelo discurso de desenvolvimento.

A noção de desenvolvimento referenciada nos planos econômicos governamentais, se colocou em contramão às dinâmicas específicas dos segmentos sociais ao considerar a região amazônica “pouco explorada, uma região a ser desbravada ou atrasada”. Visto isso, podemos concordar com a percepção de Loureiro (2009, p.21) ao assinalar que a formação social da região amazônica foi configurada pela tenacidade de “políticas de caráter elitista, patrimonialista e voltadas especificamente para a acumulação de capital”. Em vista disso, entende-se aqui a categoria desenvolvimento como um campo formado por atores de distintos segmentos, onde, de um lado, temos grupos econômicos aliados a um Estado neoliberal (HARVEY, 2013) e, de outro, temos camponeses e povos e comunidades tradicionais detentores de saberes, relações sociais e econômicas específicas que passam a ser confrontadas pela lógica defendida pelos primeiros (RIBEIRO, 2014).

Barbosa (2006) constata que as sucessivas etapas do governo estadual, sobretudo aquelas influenciadas por José Sarney, articularam um intenso esquema entre a esfera institucional e política, desembocando no entrelaçamento do Estado com o capital privado, expõe ainda que esse entrelaçamento foi estratégico para romper com o suposto “atraso” que o Maranhão apresentava, para a partir daí criar condições favoráveis para

que naquele contexto o Estado pudesse ingressar de forma permanente no corredor da modernidade capitalista.

Esse contexto é marcado por conflitos territoriais, o Estado passa a protagonizar severas intervenções políticas no que se refere à gestão do território como bem se pode observar através da instituição da Lei de Terras em 1969, mais conhecida por “Lei de Terras Sarney”, que reforçou a retomada das terras com a proposta de destinação das “terras públicas do estado para fins de exploração agropecuária e florestal” (ALMEIDA E BARBOSA, p. 39, 2013). Acrescenta-se ainda o fato de que esta lei sustentou a expropriação das terras já ocupadas pelas famílias camponesas, como também favoreceu os grupos econômicos que se baseavam nos estímulos oriundos dos planos de desenvolvimento voltados para o Maranhão por meio da SUDENE e SUDAM.

O Maranhão nesse contexto, passa a contar com a chegada de diversos empreendimentos, como também investimentos em rodovias que cortaram todo o território estadual sob a premissa de ligá-lo ao restante do país. Além disso, foi a dinâmica gerada pela construção da infraestrutura demandada pelo PGC⁶, que trouxe à população do Estado, principalmente a Povos e Comunidades Tradicionais, uma série de impactos relacionados à construção da Estrada de Ferro Carajás⁷, que foi idealizada para a conexão das minas localizadas no sudoeste do Pará ao litoral maranhense (*Porto da Madeira*).

Nesse sentido, surgiram a partir dos finais da década de 70 vários outros empreendimentos “produtivos (industriais e agroindustriais) e da infraestrutura (mina-ferrovia-porto)” (CARNEIRO, p. 41, 2013) que foram implantados no Estado, especificamente nas chamadas áreas de abrangência da EFC, a exemplo dos portos localizados na capital maranhense como também as siderúrgicas guseiras e os empreendimentos de monocultura do eucalipto na região oeste do Maranhão (SANT'ANA JÚNIOR, 2009).

Os empreendimentos que inseriram a dinâmica da monocultura do eucalipto no Maranhão, especificamente em Imperatriz, passam a ser implantados após o governo brasileiro idealizar o Programa Polos Florestais⁸ em 1990, que teve como objetivo

⁶ “O Programa Grande Carajás (PGC) foi um desdobramento do Projeto Ferro Carajás, da então estatal Companhia Vale do Rio Doce (hoje privatizada e autodenominada apenas “Vale”), que visava, principalmente, garantir as condições infraestruturais para a exploração e transporte das gigantescas jazidas de minério de ferro do sudeste do Pará. O PGC foi institucionalizado pelo Presidente da República, João Figueiredo, através Decreto Lei 1813, de 24 de novembro de 1980” (SANT'ANA JÚNIOR, 2014).

⁷ A sua construção teve início em 1982 sendo administrada até os dias atuais pela empresa privada Vale, antes denominada de Companhia Vale do Rio Doce – CRVD.

⁸ Matias (1994, p. 6) assinala que: “O governo brasileiro lançou em 14.07.1990, na Serra dos Carajás, o “Programa Pólos Florestais para a Amazônia Oriental: a Reversão do Processo de Degradação Ambiental”,

principal fomentar a produção de matéria prima (madeira do eucalipto) para abastecer as indústrias que seriam instaladas nas chamadas áreas de abrangência da EFC. O referido programa visava concretizar em aproximadamente dez anos, um milhão de hectares de eucalipto plantados entre as cidades de Açailândia e Santa Inês, que seriam destinados exclusivamente para a produção da celulose (CARNEIRO, 2013)⁹.

Em Imperatriz se instala em 1992 a empresa Celulose do Maranhão (CELMAR), que aproveita a atmosfera da infraestrutura do Programa Grande Carajás como justificativa para sua implantação. Esse empreendimento iniciou o processo de plantio de extensas florestas de eucalipto mediante um processo de compra de pequenos e grandes latifúndios, que intensificou o processo de desmobilização das atividades produtivas locais já realizado pela atividade pecuária. A empresa enfrenta forte pressão social diante de movimentos como aqueles protagonizados pelo Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras de Imperatriz, que, conforme narrativa a seguir, encontrava-se atuante na denúncia sobre as condições de vulnerabilidade da mão de obra contratada pelas chamadas *gatas* responsáveis pelo plantio de eucalipto, como assim aponta o trabalhador rural Valdinar Barros:

Na época a CELMAR entrou também por esse mesmo caminho, o projeto de papel e celulose que ia gerar tantos mil empregos, na época a gente tava no sindicato e o sindicato nosso tinha atuação não só em Imperatriz, mas era regional, e aí na época com os trabalhadores, porque eles usavam as empreiteiras para contratar os trabalhadores, a CELMAR, o cara ia reclamar pra ela dizia – Não o problema é com a empresa tal, vocês se virem lá com a empresa. Então na época a gente participou dando apoio a muitas greves dos trabalhadores, porque as *gatas* contratava a mão de obra e dava muito calote, recebia da CELMAR e não pagava a peãozada. Era transporte de mal qualidade pra carregar os peão pro campo, a alimentação era podre, a alimentação de péssima qualidade, todos nós acompanhava e dava apoio a essas turmas grande de duzentos, trezentos trabalhadores em cada setor (...) agora chegou a Suzano de novo, cheio de gente aí no canteiro de obra, eram dez mil homens, foi dois anos, construiu a fábrica mandou todo mundo ir embora, povo que tinha emprego hoje não tem mais, só os técnicos que vão tocar a fábrica é que estão né, então, é só propaganda falsa, porque em dois anos você não resolve a vida de uma família, em apenas dois, três anos, de um salário mínimo, então é um negócio que não tem fundamentação. (Valdinar Barros, P.A Vila Conceição I)

O discurso de geração de emprego, conforme apontado por Valdinar Barros, não coincide com os elementos vivenciados cotidianamente por aqueles que se submetem aos contratos oferecidos pelas *gatas*; recupera o contexto em que apoiou por meio do

que foi concebido e será executado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa que há tempos planeja a implantação de uma vasta floresta de eucalipto destinada à produção de celulose na região de influência da Estrada de Ferro Carajás”.

⁹ Carneiro (2013, p. 54) ressalta que “o principal destino desse plantio seria a indústria de celulose, com previsão (irrealista) de implantação de dez fábricas com capacidade para produzir 420 mil toneladas/ano”.

STTRI, mobilizações de trabalhadores vinculados às gatas prestadoras de serviço ao projeto CELMAR, para demonstrar a superficialidade com a qual o discurso construído pela empresa Suzano Papel e Celulose, em tempos contemporâneo, é midiaticizado. Além da crítica ao discurso de geração de emprego, Valdinar Barros aponta para situações de vulnerabilidade da mão de obra cotidianamente enfrentado pelos *assentados* do P.A Vila Conceição. Tais situações, estão relacionadas aos efeitos ocasionados pela constante expansão de plantios de eucalipto, que para a manutenção e plantio das mudas de eucalipto aproveitam a mão de obra local, além de intensificar a alteração da paisagem natural.

Formando uma extensa base florestal, em 2003 a CELMAR negocia a madeira do eucalipto advinda dos plantios, cuja madeira seria utilizada como fonte de energia para alimentar os fornos das siderúrgicas localizadas em Açailândia, localizada a 67 km de Imperatriz. Esse processo ocorre em um momento de crescimento no setor de beneficiamento de minério de ferro. Esse contexto é marcado por forte conflito entre as empresas que patrocinavam famílias camponesas a queimar o coco babaçu inteiro diante da insuficiência da madeira do eucalipto. O que expressa até os dias atuais um conflito onde *quebradeiras de coco babaçu* denunciam tal prática que confronta a lógica de beneficiamento integral do coco babaçu, bem como ameaça à preservação dos babaçuais¹⁰.

Em 2011 o grupo Suzano iniciou o processo de implantação de uma fábrica para produção de papel e celulose, essa implantação ocorre em um contexto de ampliação de relações globais no setor agroindustrial e de incentivos do próprio Estado. A expansão da base fundiária ganha um ritmo acelerado e articulado a compra de pequenas e grandes imóveis rurais.

A empresa Suzano Papel e Celulose iniciou suas operações em Imperatriz no ano de 2013, ocasião em que a mão de obra local foi incorporada nos serviços de construção civil e posteriormente em serviços de manutenção dos plantios de eucalipto, operação de máquinas e caminhões de transporte da madeira, serviços de limpeza no interior da fábrica, todos sob formato de contrato terceirizado. Além do mais, se intensifica um cenário de vulnerabilidade das condições sociais das famílias localizadas no entorno das áreas de atuação da empresa, onde o processo de concentração fundiária

¹⁰ Ver: Nova Cartografia Social da Amazônia: a luta das quebradeiras de coco babaçu contra o carvão do coco inteiro. Coordenador, Alfredo Wagner Berno de Almeida ; autores, Cyntia Carvalho Martins... [et al.]. – Palmas : Casa 8 Design / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

aprofunda as desigualdades de acesso a terra, a impossibilidade de acesso aos babaçuais para fins de extrativismo, acesso a rios e igarapés para pesca, desestruturação dos modos de implantação de roçados ao mesmo tempo em que estratégias são reorganizadas afim de manter a implantação da roça e das atividades extrativas.

.Atuante em outros estados, a exemplo de São Paulo, Pará e Bahia, o grupo Suzano encontra no município de Imperatriz uma infraestrutura rodoviária e ferroviária favorável à construção de uma unidade industrial de processamento da madeira do eucalipto, visando especialmente a produção de papel e celulose. Inicialmente o empreendimento seguiu somente na produção da celulose, que se constitui uma matéria prima demandada pelo mercado externo (POYRY, 2010). A produção de papel veio a ser pensada pela empresa, somente no ano de 2016, contexto em que o empreendimento passa a ser expandido por meio da construção de um novo anexo, que comportou a estrutura de uma fábrica de produção de papel do tipo *tissuê*¹¹, este voltado ao mercado nacional.

Ao se implantar em Imperatriz, a empresa Suzano Papel e Celulose passa, com base na racionalidade de mercado¹², a instituir uma região (BOURDIEU, 1998), a qual atrela-se às formas de apropriação dos recursos naturais que se diferenciam das formas como povos e comunidades tradicionais, referidos a territorialidades específicas, se apropriam do território. Espaços antes acessados para a coleta do coco babaçu, para a feitura do carvão, para a implantação das *roças*, para a pesca, dentre outras atividades realizadas por extrativistas afim de garantirem a reprodução social de suas famílias, passam a ser confrontados por processos de expropriação guiados pela mencionada empresa, a qual intensifica a expansão de grandes plantações homogêneas de eucalipto, atividade que é executada desde a década de 90, com a idealização do projeto Celulose do Maranhão (Celmar)¹³ por parte da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

¹¹ Conforme matéria publicada por Aquiles Emir (2017) no site Maranhão Hoje, o anexo que teve a sua construção iniciada em 2016, produzirá o conhecido papel higiênico. De acordo com tal publicação, a ampliação do empreendimento estará articulada a investimentos que serão feitos, como contrapartida pela empresa Suzano, ao projeto Escola Digna, o qual foi idealizado pelo Governo do Maranhão para reformar unidades de ensino. O anunciado investimento de R\$ 2,5 milhões de reais pela empresa Suzano, projeta a reforma de quatro escolas, as quais estão localizadas nos municípios de Açailândia, Buriticupu, Sítio Novo e Urbano Santos.

¹² Tal racionalidade está referida ao mercado das chamadas *commodities*, o qual vem se reformulando desde a década de 70 em período nacional-desenvolvimentista, a partir do qual o território amazônico, sob a falácia dos ditos “vazios demográficos”, passa a ser alvo da ação de empreendimentos, os quais vem até os dias atuais, articulando interesses de grupos oligopólios aos interesses governamentais, os quais são compreendidos a partir dos atos de Estado (BOURDIEU, 2014).

¹³ Matias (1994, p. 6) assinala que: “O governo brasileiro lançou em 14.07.1990, na Serra dos Carajás, o “Programa Polos Florestais para a Amazônia Oriental: a Reversão do Processo de Degradação Ambiental”, que foi concebido e será executado pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), empresa que há tempos planeja a implantação de uma vasta floresta de eucalipto destinada à produção de celulose na região de

Sob o ponto de vista político, se aprofunda um cenário de diálogos entre o “setor de responsabilidade” da empresa e as famílias referidas aos territórios no entorno dos quais a empresa se instalou e que passou a estabelecer este diálogo para fins de negociações das chamadas ações de compensação ambiental e social. Esse diálogo ocasiona rupturas e conflitos internos entre as próprias famílias devido à distinção entre posicionamentos acerca do diálogo combativo aos efeitos da empresa por parte de lideranças com inserção em movimentos sociais críticos às ações empresariais e aqueles que buscaram dialogar com a política de vizinhança que media os interesses empresariais

3. As “agroestratégias” como condição para a produção de commodities a partir do monocultivo de eucalipto em Imperatriz

A noção de “agroestratégia” aqui empregada, apoia-se na análise de Almeida (2010) que, pensando nas ações dos “estrategistas” que buscam fortalecer a expansão do agronegócio no Brasil, compreende o seu significado enquanto:

um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídicos-formais e tendências ;(...) abrangem ainda um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídicos à expansão do cultivo de grãos, notadamente a soja, e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geral do preço das commodities agrícolas e minero-metalúrgicas (Almeida, 2010, 101 – 102)

O conceito apresentado por Almeida (2010) possibilita tomar como objeto as constantes ações e discursos organizados pela empresa Suzano na relação com as famílias localizadas no entorno dos territórios onde construiu sua fábrica e onde mantém as extensas plantações de eucalipto. O que torna palpável a identificação de discursos de responsabilidade que se materializa na construção de casas de beneficiamento para *quebradeiras de coco babaçu*, construção e reformas de sede de associações locais, oferta de cursos de artesanato a quebradeiras de coco babaçu, criação de uma cooperativa sob o discurso de “futuro sustentável, negócios sustentáveis, defesa da floresta e da população da Amazônia”¹⁴

O estudo das “agroestratégias” produzidas pela empresa Suzano Papel e Celulose revela um esforço teórico-analítico que encontra fundamento na perspectiva de Pierre Bourdieu (2004), que destaca a noção de estratégia como “instrumento de ruptura com o ponto de vista objetivista e com a ação sem agente que o estruturalismo supõe”

influência da Estrada de Ferro Carajás”. É no calor de tais pretensões que se cria no ano de 1992, em Imperatriz, o projeto Celulose do Maranhão (CELMAR). Segundo Matias (1995, p.137), o referido projeto teve como sócios “os grupos Risipar S.A (55% do capital), Companhia Vale do Rio Doce (30% do capital), e a empresa japonesa Nissho Iwai Corporation (15% do capital)”.

¹⁴ São concepções apresentadas no próprio Site da empresa Suzano, quando apresenta a sua atuação social junto às comunidades do Maranhão.

(ibid, 2004, p. 81). Ou seja, ao pensar tal categoria, o autor constata que estratégia não se refere a esquemas previamente estabelecidos ou ações pensadas e executadas fora das relações sociais. Em vez disso, Bourdieu sinaliza a necessidade de uma compreensão relacional constante, permitindo analisar as relações que são estabelecidas entre camponeses, *quebradeiras de coco* referidas às comunidades da estrada do arroz e os agentes da empresa Suzano. Estes agentes buscam, constantemente criar e legitimar espaços para produção de políticas de vizinhança ou, conforme Ascelrad e Pinto (2019) classificam, agir na administração dos “riscos sociais”¹⁵, fortalecendo ações para a mitigação de possíveis levantes contra o empreendimento.

A noção “agroestratégia” pode ser convergida reflexivamente às relações estabelecidas entre a empresa Suzano Papel e Celulose e os agentes sociais. As estratégias que partem, nesse sentido, da empresa Suzano Papel e Celulose, devem ser pensadas em plena relação com a discussão proposta por Bronz (2016), que ao estudar os “bastidores do licenciamento ambiental”, entendeu que as práticas que fundamentam as estratégias direcionadas a partir dos empreendedores, encontram fundamento no que classificou de “posicionamento socioambiental”.

Tal posicionamento é compreendido enquanto “ferramenta de planejamento que tem a função de estabelecer o roteiro da performance de consultores e empreendedores em contextos específicos, adequando-os aos pressupostos morais da ética empresarial da responsabilidade social e da sustentabilidade” (Bronz, 2016, p.65). Com isso, a análise das estratégias empresariais reforça a problematização sobre o “posicionamento socioambiental” adotado pela Suzano Papel e Celulose em Imperatriz, as quais adotam constantemente justificativas morais ou psicológicas que reforçam ações tomadas em contexto de mercados globais e intensamente fortalecido pelo agronegócio industrializado.

3.1 *eu nem queria, mas eu estou vendo que é obrigada a gente querer*: a “política de vizinhança” da empresa a partir de sua inserção no plano organizativo das famílias camponesas

Bonanno (1999), reforça a compreensão de que o processo de globalização não segue um repertório homogêneo ou igual, é no local que tem suas nuances realçadas.

¹⁵Para Ascelrad e Pinto (2009, p. 54) “as grandes empresas estariam mais sujeitas a pressões de ordem ambiental, social e trabalhista do que antes. A essas pressões da sociedade civil, os autores chamaram de risco social: “O risco social” – dizem eles- “ocorre quando um stakeholder empoderado leva adiante uma questão social e pressiona a corporação (explorando sua vulnerabilidade através da reputação, da imagem corporativa)” (KYTLE; RUGGIE, 2005)”.

Dessa forma, compreende-se que tal leitura seja direcionada ao estudo das “agroestratégias” vivenciadas nas diferentes unidades sociais que atualmente presenciam a atuação da empresa Suzano Papel e Celulose, a qual tem monopolizado territórios ao concentrar terras para suas atividades de monocultivo, industrial e logística, impondo novas formas de apropriação dos recursos naturais pautados em uma racionalidade econômica que percebe o território a partir de sua mercantilização global.

O trecho *eu nem queria, mas eu estou vendo que é obrigada a gente querer* diz respeito às representações expressas por diferentes agentes sociais de comunidades vizinhas a empresa Suzano. Exemplifica-se a estratégia da empresa em solicitar a criação de associações locais como condição para o estabelecimento de pretensos diálogos com as famílias referidas aos territórios no entorno dos quais passou a atuar.

A narrativa em destaque, de Antônia Oliveira, de 54 anos, e que ocupa a direção da Associação de Moradores e Produtores Rurais de Esperantina I e Bacaba, descreve a situação vivenciada após o deslocamento compulsório de sua comunidade, denominada “antiga” Bacaba, que foi provocado pela implantação da empresa Suzano ainda no ano de 2013, mas que para buscar possíveis soluções ou mesmo discuti-las com os setores designados a tal finalidade, se percebe na condição de ter que assumir a associação local que naquele contexto encontrava-se sem lideranças. Sua percepção permite identificar que a condição principal para o diálogo com a empresa, precisa obrigatoriamente perpassar por um formato organizativo unicamente reconhecido pela empresa.

A imposição de um associativismo defendido pela empresa Suzano Papel e Celulose, a qual se apresentou enquanto interessada em estabelecer diálogo com as famílias referidas aos territórios afetados por sua implantação e funcionamento, ocorre no contexto em que a realização de reuniões, exerceu a função de intermediar assuntos de interesse dos empreendedores. Tal situação foi recorrentemente acionada nos discursos representados por agentes sociais que vivenciaram esse processo. O depoimento que segue, de um agente social inserido em relações de diálogos com a empresa Suzano, representa uma situação recorrente na fase inicial de construção da fábrica de papel e celulose, que foi a presença constante de técnicos, que naquele contexto, interessavam-se em estabelecer relações com as famílias:

Aqui eles fizeram assim: colocaram pessoas deles mesmo que era da área social e essa pessoa ficou rodando aqui direto nas comunidades, roda direto, é conhecido por todo mundo, eles rodavam aqui e andava, marcava reunião com

o pessoal, conversava e eles falava da empresa, foi assim, não foi mesmo da comunidade né. Na comunidade não foi ter ninguém né pra fazer isso. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança)

O depoimento de Daniel Nascimento, agente social vinculado a “formas associativas” que mantém diálogo com a empresa Suzano Papel e Celulose, abre margem à compreensão de que, como estratégia inicial, a empresa se apropriou de relações que foram estabelecidas em visitas realizadas por técnicos vinculados a uma denominada área social. Conforme descreve, a recorrência dessas visitas, representava diferentes interesses, quais sejam a convocação de famílias para reuniões que, tratavam unicamente de apresentar as ditas vantagens que a empresa traria à região, ou mesmo, centrar em outras discussões que positivavam a implantação do empreendimento, ação que foi criticada pelo agente social mediante a compreensão de que o discurso empresarial, com base no qual as reuniões foram inicialmente realizadas, tratavam de suplantar e legitimar os transtornos camuflados nos ditos “benefícios”:

Como eles vieram logo no início e falaram pras pessoas que a empresa era muito boa e que ia trazer desenvolvimento e tal. Aqui num ia ter nenhuma rejeição pra receber eles ou pra está com eles junto de reunião. Eles foram tudo muito bem aceitos. Porque eles falavam assim, que ia aumentar os transportes, porque ia ser muito caminhão pra poder carregar essa madeira, mas num disseram assim: vai ser duzentos caminhão, vinte e quatro horas rodando com poeira e deixando pedaço de pau na estrada, gente caindo de moto por cima dos pau, num disseram né, só disseram que ia aumentar , ia vim desenvolvimento e ia aumentar. (Daniel Nascimento, entrevista realizada na residência de seus pais, em São José da Matança)

O depoimento reforça a constatação de que a interação estabelecida inicialmente pelos técnicos da empresa Suzano Papel e Celulose, foi baseada na produção de discursos que visavam positivar o empreendimento. Essa positivação, é notadamente criticada no depoimento de Daniel Nascimento, que ao compreender a estratégia empresarial, ressalta os efeitos decorrentes do que foi apresentado como “desenvolvimento”. A crítica apresentada em seu relato, é articulada à representação de transtornos cotidianos baseados em diferentes situações que são vivenciadas pelas famílias que transitam ou que moram às margens das rodovias *Estrada do Arroz* (MA-123) e BR-010, pelas quais a madeira do eucalipto é conduzida das áreas de plantio e corte por meio de *treminhões*¹⁶ à fábrica em Imperatriz.

¹⁶ O *treminhão* é uma espécie de automóvel utilizado exclusivamente para o transporte de madeiras de eucalipto. Sua carroceria é conhecida por ter três eixos, nos quais cargas de eucalipto são pilhadas e amarradas por espécies de cintas.

Na comunidade Olho D'água dos Martins, o diálogo da empresa com a associação local permitiu uma via de acesso para a implementação dos chamados projetos de compensação. É a partir da associação local que a empresa encontra acesso à comunidade para implementar os projetos dito de compensação. Um exemplo é o projeto de hortas. O presidente da associação local, Benedito Silva, 52 anos, foi um dos beneficiados na comunidade; em seu quintal mantém diferentes plantios de legumes, além de criação de porcos e frangos. A produção é para consumo de sua família e, venda dentro da própria comunidade.

Benedito Silva é um agente social ativamente participante de reuniões realizadas na empresa Suzano. O diálogo com a empresa por meio da Associação de Moradores e Pequenos Agricultores do povoado Olho D'água dos Martins, permite a manutenção de um contrato de comodato para o uso de terras de domínio da empresa para a implantação de *roças*, uma área conhecida como *centrão*. Desde a década de 90 as áreas do *Centrão* foram conquistadas por meio de pressões dos pequenos agricultores à empresa instalada na época, a CELMAR, que havia acabado de efetuar a compra de uma das maiores *fazendas* do povoado para plantar eucalipto. Nesta área comprada os agricultores já mantinham relação de *rendeiros* (pagamento da renda com parte da própria colheita) com o latifundiário para a implantação de *roças*.

A conquista do *Centrão* foi alcançada por meio da formalização de um contrato, que atualmente é mantido depois da empresa Suzano Papel e Celulose ter efetuado a compra das terras. É um contrato de comodato que é renovado com a associação a cada 10 anos. Como participação nas atividades de agricultura, a empresa mantém a oferta de sementes e insumos para a manutenção do roçado e oferece maquinários para fazer o preparo da terra. Essa parceria faz parte de uma política de relação com a associação local, que teve sua sede construída pela empresa Suzano após sua implantação.

As áreas do *centrão*, foram divididas aos associados em 38 lotes, tendo cada um o tamanho de 2 linhas. Essas áreas ficam no entorno de 5 quilômetros das unidades sociais, perpassando por pequenas propriedades famílias recém-chegadas e pelo riacho piquizeiro. O *centrão* está entre extensos plantios de eucaliptos e 4 áreas de mata fechada, que são classificadas como reserva ambiental da empresa. Obrigatoriamente a empresa Suzano precisa manter essas áreas, por isso, o uso dessas áreas em meio às áreas de reserva, exige o cumprimento de regras estabelecidas pela empresa no próprio contrato, a exemplo de proibição do uso de fogo e a entrada de crianças. Além das reservas, existem

também grandes plantios de eucalipto, através dos quais os agricultores transitam para chegar até suas *roças* (FOTO 1).

Foto 1 – Plantio de eucalipto e a estrada de acesso ao *centrão*



Fonte: Dos autores, pesquisa de campo 2024

O calendário agrícola no *centrão* é organizado de acordo com o período chuvoso do ano, pois está em áreas alagadiças, no chamado *baixão*. Em período de inverno, sob as fortes chuvas, as *roças* ficam submersas, “chegando a ficar na cintura”, conforme relatou o Sr. Bené durante o trajeto percorrido até sua *roça*. Em período de estiagem, os agricultores aproveitam para plantar o milho, feijão, maxixe, quiabo, vinagreira e frutas como banana. Entretanto o plantio nesse período passa por constantes prejuízos por conta da falta de água, impedindo o desenvolvimento de certos plantios.

3.2 *A gente aceitou conversar e eles disseram que vieram querendo ser vizinhos: O Conselho de Desenvolvimento Comunitário das Quebradeiras de Coco Babaçu como estratégia para a relação com o grupo de mulheres extrativistas*

O Conselho das Quebradeiras de Coco, foi criado no ano de 2015 pela empresa Suzano Papel e Celulose. Procuramos analisá-lo enquanto uma forma associativa que reflete tomadas de posição em um plano organizativo no qual prevalecem outras “formas associativas” e organizativas. O mencionado depoimento, pertencente à *quebradeira de coco babaçu* Terezinha Cruz, recupera o contexto em que representantes da empresa propuseram a criação desta forma associativa por meio da qual, “ajudas” fossem direcionadas àquelas mulheres inseridas na atividade extrativa do coco babaçu:

Porque quando o pessoal da Suzano chamou pra conversar com a gente, a gente aceitou conversar e eles disse que vieram querendo ser vizinhos, como eles tem essas áreas aqui, queriam ter uma boa vizinhança com a gente, eles queriam propor ajudar no que a gente precisava, aí a gente também sabe, que a Suzano era, não vinha só coisa boa dela, a gente sabe que os impactos da empresa pode causar, mas mesmo assim a gente aceitou a ajuda, porque na época a gente estava muito precisando de fazer nossa casa, porque nós tinha uma casinha que estava caindo, a gente não tava podendo fazer, aí eles se propuseram em fazer, que é aquela dali. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina, em 23/01/17).

Baseado em narrativa de Terezinha Cruz, referida a Petrolina, o contexto de criação do Conselho das Quebradeiras de Coco, enquanto baseado em relações estabelecidas com representantes da empresa Suzano Papel e Celulose, que buscaram, conforme se expressa a agente social: *querendo ser vizinhos*, estabelecer relações de confiança com aquelas *quebradeiras de coco babaçu* que mantinham acesso a suas áreas, seja para a coleta ou mesmo para realizarem atividades relativas ao beneficiamento do coco babaçu, a exemplo da técnica que envolve a implantação das denominadas *caeiras*, utilizadas para a feitura do carvão a partir da casca do coco babaçu, uma prática comumente realizada em áreas distante das residências.

Ao descrever o estabelecimento de relações com representantes da empresa Suzano Papel e Celulose, Teresinha Cruz aponta uma estratégia utilizada pelas *quebradeiras de coco babaçu* de Petrolina, que mesmo tendo consciência dos efeitos que seriam causados pela implantação do empreendimento, decidiram firmar tal relação mediante o objetivo de receber os ditos projetos de compensação formulados pela empresa. Mediante a carência de políticas públicas e condições que dificultavam a continuidade daquela prática tradicionalmente realizada. Nesse sentido, a relação com a empresa sob a proposta de viabilização dos ditos projetos compensatórios, consistiu em uma expectativa nutrida por aquelas mulheres.

A estratégia utilizada pela empresa ao criar uma forma associativa sob a pretensão de atender às *quebradeiras de coco babaçu*, nesse sentido, foi elaborada a partir do aproveitamento das relações que foram estabelecidas por seus representantes antes mesmo de ser iniciado o processo de construção da fábrica de papel e celulose, em 2011. Tal reflexão, articula-se ao depoimento da *quebradeira de coco* Zuleide Sousa, agente social da Coquelândia, uma das trabalhadoras extrativistas que estabeleceram relação com a empresa Suzano Papel e Celulose, o que a influenciou a participar das reuniões a partir das quais foi criado o Conselho das Quebradeiras de Coco:

Eu conheci o pessoal da Suzano através de um homem chamado Evaldo, aí o primeiro contato que tive com ele foi numa reunião, ele perguntou se eu queria ir lá no Olho d'água, aí eu fui, ela não tinha nem se instalado na verdade, eles fizeram uma reunião lá e eu fui nesse dia. Eles falaram sobre o babaçu, falaram o que ia acontecer, que eles tavam comprando as áreas que tinha perto. Aí eu comecei a participar da reunião, com o pessoal da Suzano, foi indo, até que aí desenvolveu um Conselho, eu faço parte de um Conselho de quebradeiras de coco que envolve conversa com o pessoal da Suzano, aí a gente criou esse Conselho, onde tem desde a Matança, lá onde o Daniel fica, até o Ciriaco tem membro do Conselho. (Zuleide Sousa, entrevista realizada em sua residência, em Coquelândia, em 21/01/17)

Esse depoimento, nos oferece elementos para compreender que o processo de criação daquela “forma associativa”, havia sido conduzido a partir do ponto de vista empresarial, o qual esteve empenhado na realização de reuniões e ações, que antecederam a data de registro do dito Conselho das Quebradeiras de Coco, o qual, conforme aponta sua narrativa, formalizou o diálogo entre a empresa e aquelas mulheres referidas à prática extrativa do coco babaçu. É importante salientar que as diretrizes que regem tal diálogo, estão estruturadas a partir do que o ponto de vista empresarial entende, conforme matéria publicada em blog mantido pela empresa Suzano Papel e Celulose, enquanto baseado em maneiras de aperfeiçoamento das relações entre as unidades sociais nas quais a empresa possui atuação:

Na última sexta-feira (06/02), as quebradeiras de coco babaçu das comunidades localizadas na região da *Estrada do Arroz*, Reservas Extrativistas Ciriaco e Mata Grande apresentaram a instituições e associações locais o Conselho de Desenvolvimento Comunitário, uma iniciativa da Suzano Papel e Celulose baseada em um modelo participativo de relacionamento entre as comunidades onde a empresa atua, com o principal objetivo de transformar a realidade socioeconômica dessas comunidades, criando uma cultura empreendedora (...) De acordo com Alexandre Di Ciero, Gerente Executivo de Sustentabilidade de Suzano Papel e Celulose, o modelo adotado reúne todos os elementos para o sucesso. “O Conselho é fruto do aprendizado da empresa ao longo dos anos, um modelo novo e promissor que, de forma participativa entre empresa, comunidade e governo, contribui para o sucesso e progresso no desenvolvimento de ações sociais sustentáveis.” (SUZANOBLOG, 2015)

A análise dessa citação, possibilita refletir que a criação do conhecido Conselho das Quebradeiras de Coco, correspondeu a uma estratégia empresarial baseada em pretensões relacionadas ao estreitamento de relações com trabalhadoras extrativistas que, de alguma forma, mantinham relações com os territórios vislumbrados pela empresa para fins de plantação de eucalipto e formação das denominadas *reservas*. É possível perceber ainda, a unilateralidade das forças com base nas quais, a mencionada forma associativa foi formulada; a criação foi baseada na confluência de concepções de mercado pensadas unicamente pelos empreendedores que, conforme consta na citação, visavam a criação de uma “cultura empreendedora” diante do objetivo de “transformar” uma prática extrativa tradicionalmente realizada e que se relaciona a um processo produtivo autônomo.

As interferências impostas pela empresa às formas de manejo que guiam a prática extrativa do coco babaçu, não se encerram na situação de impedimento de implantação das *caeiras* nas áreas de coleta. Tal percepção, articula-se à narrativa de Terezinha Cruz, ao descrever a situação em que a empresa Suzano Papel e Celulose, no

contexto inicial de seu funcionamento, ameaçou a continuidade das atividades em *fazendas* adquiridas nas proximidades de Petrolina e que comumente realizam, as atividades de coleta e quebra do coco:

Depois que passou pra Suzano, eles nunca doaram nenhuma área pra nós plantar, ela libera pra entrar e sair, mas no início eles não queria deixar a gente entrar pra quebrar lá dentro. Quem tem barraco lá dentro, junta o coco a gente vai quebrar lá, a gente faz o barraco que é pra proteger do sol e da chuva, e eles já chegaram a dizer pra nós que nós não vamos poder ficar fazendo barraco lá dentro, que nós pode tirar o coco, trazer pra casa, quebrar mas não vai poder ficar lá dentro, isso é uma briga que ainda estamos brigando com eles, com a Suzano, porque eles disseram que no futuro a gente não vai poder, eu disse que pois então vocês vão procurar uma alternativa pra nós porque vocês chegaram aqui e acharam nós já fazendo essa atividade, eles tão se baseando também na lei do babaçu livre, eu acho que alguns fazendeiros nem conhecem ou não querem obedecer, por que tem fazendeiro que não quer deixar a gente entrar. (Terezinha de Sousa Cruz, entrevista realizada em sua residência, em Petrolina)

As implicações dessas “relações associativas” com a empresa, expandem-se a outras ameaças de impedimento de continuidade das práticas tradicionalmente realizadas por aquelas mulheres referidas ao extrativismo do coco babaçu. Conforme demonstra a agente social em seu depoimento, a empresa se dispôs a não autorizar a atividade de quebra do coco nas áreas em que a coleta é realizada, o que se articula à ação dos *fazendeiros* que ainda se encontram naquela região. Tal proibição, partiu da situação de impedimento da permanência dos denominados *barracões*, que são estruturas físicas construídas pelas próprias *quebradeiras de coco* sob a proposta de as protegerem do sol ou mesmo de se abrigarem no período chuvoso, para, assim, realizarem a quebra do coco naquele local. É uma ameaça constantemente vivenciada pelas trabalhadoras extrativistas, o que torna a quebra do coco e a permanência dos *barracões* nas áreas de coleta, algo incerto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imposição das “agroestratégias”, a exemplo das direcionadas à formulação de um associativismo que se relaciona com os setores empresariais, ocasionou a produção de novas relações sociais no campo, além da fragilização das relações sociais entre os agentes, mediante o acirramento de conflitos internos gerados por discordâncias em relação à perspectiva de se relacionar com aquela empresa que, contraditoriamente busca mostrar-se preocupada com a preservação dos recursos naturais e que se importa com as atividades extrativas ao mesmo tempo em que vem efetuando a devastação dos recursos da natureza e derrubando as palmeiras de coco babaçu para fins de plantio de eucalipto.

As ações ditas compensatórias, produzidas em contexto de transações mercantis globalizadas, demonstram que essas são construídas sob relações hierárquicas que são impositivamente direcionadas àquelas famílias. Por meio de discursos racionalizados pela lógica de mercado, desmobilizam aqueles movimentos que se estruturam a partir do reconhecimento identitário, enquanto ferramenta de mobilização, em detrimento da criação de um conselho que busca tornar *quebradeiras de coco babaçu* empreendedoras e a disciplinar seus saberes e formas de manejo tradicionalmente realizadas a partir do que impõe. Consistem em ações ditas compensatórias revestidas por um discurso de melhoramento da realidade local, de crescimento econômico, inclusive de desenvolvimento, que acaba reforçando o discurso protecionista defendido pelo Estado e que reforça a implantação destes empreendimentos que ameaçam as diferentes territorialidades.

Diante de tal desmobilização, percebe-se uma aparente neutralização do conflito agentes sociais – empresa, em função da estratégica transposição do conflito que se estrutura a partir das discordâncias internas em aceitar a relação com a empresa, o que resulta em um conflito entre os próprios agentes sociais, como assim observado entre os grupos de *quebradeiras de coco babaçu* que vivenciam frequentes rupturas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri (org.). Políticas territoriais, empresas e comunidades : o neoextrativismo e a gestão empresarial do “social”. - 1. ed. - Rio de Janeiro : Garamond, 2018.

ACSELRAD, Henri; GIFFONI PINTO, Raquel. A Gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51-64, 2009

ALMEIDA, A.W.B. “Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios”. In: Ascelrad, H. (org.) *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro. Ed. Lamparina. 2010 pp. 102-143.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Territórios e Territorialidades Específicas na Amazônia: entre a “proteção” e o “protecionismo”. In: *Cadernos CRH*. Salvador, v.25, n. 64, p. 63-71, jan/fev. 2012

ALMEIDA, Desni Lopes. BARBOSA, Zulene Muniz. A rota dos grandes projetos no maranhão: a dinâmica entre o local, o regional e o transnacional. *Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina*. 2013. Disponível em www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v4_zulene_e_desni_GIV.pdf. Acesso em: 27/06/2024

ASSELIN, Victor. Grilagem: corrupção e Violência em terras do Carajás. Editora Ética: Imperatriz, 2009.

BARBOSA, Zulene Muniz. O maranhão no contexto da reestruturação capitalista: cenário de lutas sociais. In: Maranhão, Brasil: Lutas de classes e reestruturação produtiva em uma nova rodada de transnacionalização do capitalismo. São Luís: UEMA, 2006, p 79-119.

BENDINI, M. I.; CAVALCANTI, J. S. B LARA FLORES, S. Una mirada sobre el campo de la Sociología Rural en América Latina, in Enrique de la Garza Toledo: Tratado Latinoamericano de Sociología, Anthropos Editorial; México: Universidad Autónoma Metropolitana - Iztapalapa, 2006. p. 247-263.

BONANNO, Alessandro. A GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E DA SOCIEDADE: FORDISMO E PÓS-FORDISMO NO SETOR AGROALIMENTAR. CAVALCANTI, JSB. Globalização, trabalho, meio ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Editora da UFPE, 1999 p. 25 – 74.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: Elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: O poder simbólico. Tradução: Fernando Tomaz – 2 ed. – Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998, p. 107 – 132.

_____. Curso de 18 de janeiro de 1990. In: Sobre o Estado: Cursos no Collège de France (1989-92), Companhia das letras, 2014.

BRONZ, Deborah. Nos bastidores do licenciamento ambiental: uma etnografia das práticas empresariais em grandes empreendimentos. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016, 474 pp.

CARNEIRO, M. S. *Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo*. São Paulo: Annablume, 2013.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Mineração, Siderurgia e Desenvolvimento na Amazônia Oriental: um balanço da experiência do programa grande carajás. In: Terra, Trabalho e Poder: conflitos e lutas sociais no maranhão contemporâneo. Prefácio de Maristela Andrade. São Paulo: Annablume, 2013, p. 41-61.

CAVALCANTI, Josefa Salete. B; SILVA; Maria C.B. da Globalização e Processos Sociais na Fruticultura de Exportação do Vale Do São Francisco, in Cavalcanti, J.S.B(org.) Globalização, Trabalho, Meio Ambiente. Mudanças socioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Editora da UFPE, 1999 p. 119 – 176.

EMIR, Aquiles. Suzano investe na instalação de usina de papel higiênico em Imperatriz. Imperatriz: Blog Maranhão Hoje, Maio, 2017. Acesso em 07/06/2017

HARVEY, D. O neoliberalismo: história e implicações. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2013.

JOLIVET, Marcel. A vocação atual da Sociologia. Estudos Sociedade e Agricultura, n. 11, p. 5-25, out. 1998.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. A Amazônia no Século XXI: Novas Formas de Desenvolvimento. São Paulo, Ed. Empório do Livro, 2009.

MATIAS, Moisés. A implantação da indústria de celulose no maranhão: celmar na região tocantina. Seminário Carajás, 1994.

MESQUITA, Benjamin A.de. O desenvolvimento desigual da agricultura: a dinâmica do agronegócio e da agricultura familiar / Benjamin Alvino de Mesquita. São Luís, EDUFMA, 2011. 110 p.

Moore, J. W. (2016). The rise of cheap nature. In Jason W. Moore (red.), Anthropocene or Capitalocene? Nature, History, and the Crisis of Capitalism (pp. 78-115). San Francisco: PM Press

PÖYRY. Estudo de Impacto Ambiental (EIA) Industrial: Suzano Papel e Celulose - Projeto Grandis (MA). 2010. Disponível em: <http://www.suzano.com.br/portal/lumis/ortal/file/fileDownload.jsp?fileId=2C90884B333F2A7201334BA73778784B>. . Acesso em: 23/04/2014.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. In: Outras globalizações: cosmopolíticas pós-imperialistas. Rio de Janeiro: EdUERJ,2014, p. 147- 171.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Projetos de desenvolvimento, resistências e mobilizações na Amazônia Oriental são temas do seminário Carajás 30 anos, que acontece essa semana no Maranhão. Repórter Brasil. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/2014/05/carajas-30-anos-projetos-de-desenvolvimento-resistencias-e-mobilizacoes-na-amazonia-oriental/>. Publicado em: 05/05/2024. Acesso em: 23/07/15.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. Conflitos socioambientais no Maranhão e sua relação com grandes projetos de desenvolvimento. In: IV Jornada Internacional de Políticas Públicas - neoliberalismo e lutas sociais: perspectivas para as políticas públicas. São Luís - MA: Programa de Pós-graduação em Políticas Públicas da UFMA. Disponível em: <http://www.gedmma.ufma.br/wp-content/uploads/2013/02/conflitos-socamb.pdf>. 2024. v. 1. p. 1-9.

ZHOURI, Andréa. LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e conflitos ambientais: Um novo campo de investigação. In: Desenvolvimento e conflito ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. p. 11-31.